

N. F. Nº - 2724660031/22-4
NOTIFICADO - COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE
TRANCREDO NEVES - COOPATAN
NOTIFICANTE - RENATO AGUIAR DE ASSIS
ORIGEM - IFMT METRO/POSTO FISCAL BENITO GAMA
PUBLICAÇÃO - INTERNET 26/10/2022

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0186-02/22NF-VD

MENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. CONTRIBUINTE DESCREDENCIADO. Cobrança da antecipação tributária parcial em transação interestadual. A Notificada trouxe aos autos que as mercadorias adquiridas se destinam a insumos na fabricação de seus produtos. Encontra-se entendimento neste Conselho no sentido de que o simples acondicionamento dos alimentos **em** embalagens fracionadas menores, com inserção de logomarca e código de barras, tem natureza manifestamente industrial. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Instância única. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, Trânsito de Mercadorias, lavrada em 15/01/2022, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$8.143,20, mais multa de 60%, no valor de R\$4.885,92, totalizando o montante de R\$13.029,12 em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o Notificante descreve os fatos que se trata de:

“Aquisição interestadual de mercadorias tributadas procedentes de outra unidade da Federação para comercialização ou outros atos de comércio destinados a contribuinte no Estado da Bahia, cuja inscrição estadual encontra-se na condição de DESCREDENCIADO, não tendo sido feito o recolhimento do ICMS espontaneamente na saída dessas mercadorias, Nota Fiscal de nº 051.175 “

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se cópias dos seguintes documentos: a Notificação Fiscal de nº 2724660031/22-4, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo da Antecipação Parcial efetuada pelo Notificante (fl. 03); o Termo de Ocorrência Fiscal nº 2225661006/22-0, lavrado às 08h16min da data de 14/01/2022 (fls. 04 e 05); o Documento Auxiliar de Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais – DAMDFE de nº 007.421 (fl. 10); o DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 051.175 procedente do Estado do Mato Grosso do Sul (fl. 06), emitida na data de 11/01/2022, pela Copasul Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense que carrega as mercadorias de NCM de nº 1108.14.00 (Fécula de Mandioca); os documentos do veículo e do motorista (fls. 11 e 12).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante, manifestando impugnação,

(fls. 16 e 17) protocolizada na CORAP NORTE/PA PAULO AFONSO na data de 28/06/2022 (fl. 16).

Em seu arrazoado, a Notificada iniciou sua defesa no tópico “*Dos Fatos*” onde sublinhou que a Notificação Fiscal em questão alega um débito histórico no valor de R\$13.029,12 e descreveu a infração lhe imputada, e consignou no tópico “*Das Razões para a Anulação da Notificação Fiscal*” que a notificação em epígrafe teve como base a aquisição efetuada do produto Fécula de Mandioca, porém o referido produto é utilizado como Matéria-Prima na fabricação do produto final **Beiju** (NCM de nº 1903.00.00).

Asseverou que o enquadramento legal disposto na alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS/BA determina o recolhimento da antecipação parcial do ICMS nas aquisições para comercialização das mercadorias, o que não aconteceu com essa aquisição, pois se trata de produto que serve como insumo para fabricação de outro.

Finalizou, diante do exposto pela anulação total da referida Notificação Fiscal.

Verifico não haver Informação Fiscal por força de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto de nº 18.558/18.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído. É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, Trânsito de Mercadorias, lavrada em 15/01/2022, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$8.143,20, mais multa de 60%, no valor de R\$4.885,92, totalizando o montante de R\$13.029,12 em decorrência do cometimento da Infração (54.05.08) da falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d” da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, portanto, não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

Em apertada síntese, no mérito, a Notificada consignou que a mercadoria adquirida Fécula de Mandioca é utilizada como Matéria-Prima na fabricação do produto final Beiju (NCM de nº 1903.00.00) não se tratando de aquisições para comercialização e sim produto que serve como insumo para fabricação de outro.

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do Posto Fiscal Benito Gama (fl. 01), relacionado o DANFE da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de nº 051.175 procedente do Estado do Mato Grosso do Sul (fl. 06), emitida na data de 11/01/2022, pela Copasul Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense que carregava as mercadoria de NCM de nº 1108.14.00 (Fécula de Mandioca), sem o pagamento da Antecipação Parcial, antes da entrada no Estado da Bahia, conforme disposto inciso III, alínea “b” do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

(...)

b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

(...)

*§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por **antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal**, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:*

Constato que os produtos adquiridos pela Notificada não têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, por inexistir previsão em Convênio, Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I, razão pela qual não pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária, mas tão somente à Antecipação Parcial do ICMS. E, uma vez sujeitos ao Regime de Antecipação Parcial do ICMS, a base de cálculo é apurada sobre o valor da operação constante na NF-e nº 051.175 (art. 23, inciso III da Lei 7014/96), aplicando, no que couber, o art. 12-A da Lei de nº 7014/96.

Em relação ao credenciamento, realizei consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, donde constatou-se que no momento da instantaneidade da ação fiscal, na data de 13/03/2022 (Termo de Ocorrência Fiscal nº 2176811049/22-9, lavrado às 11h20min – fl. 04) a Notificada encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCREDENCIADO, desde 10/12/2018, por “Omissão de Pagamento”, o que a impossibilitava de se usufruir do benefício concedido de postergação do pagamento do ICMS da Antecipação Parcial estabelecido até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e.

| | | | |
|-------------|---|----------------------|--|
| 4172183 | COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE T. Médias Empresas | | |
| COOPERATIVA | | Omissão de Pagamento | |
| 10/12/2018 | sim desde 10/12/2018 | NORMAL | |
| 54983623 | FEASPOL Baixa: Ainda vigente | | |

Dispõe-se que o SPED Fiscal, nome popular da Escrituração Fiscal Digital do ICMS e do IPI – EFD ICMS/IPI, surgiu para substituir a escrituração dos Livros Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do IPI, Registro de Apuração do ICMS, Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP e Registro de Controle da Produção e do Estoque (arts. 247 a 249 do RICMS/BA/12).

Neste sentido, sabe-se que o Ajuste SINIEF 02/09 trouxe em sua Cláusula Quarta que o arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do leiaute definido em Ato COTEPE e conterá a **“totalidade das informações”** econômicos-fiscais e contábeis e que para efeito do disposto no caput desta cláusula o §1º em seus incisos I, II, III considera a **“totalidade das informações”**, de forma resumida, às relativas às entradas e saídas; à quantidade, descrição e valores de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos em fabricação, etc.

Ademais a EFD deve ser escriturada sob o **enfoque do declarante** (Cláusula Quarta §3º), ou seja, as informações devem ser prestadas sob o enfoque do regime tributário da empresa declarante, do regime tributário dos produtos (ICMS normal ou ICMS/ST), **do destino desse produto (insumo, revenda ou uso e consumo)** e dos cadastros internos do declarante.

Nesta perspectiva verifico que a Notificada não trouxe aos autos probatória de que representou em sua EFD na escrituração de entrada no Registro C100, o documento fiscal de aquisição de nº 051.175, com a mercadoria de NCM de nº 1108.14.00 (Fécua de Mandioca) na quantidade de 39.000 kg sob o enfoque do Código Fiscal de Operação e Prestação – CFOP de nº 1100 (compras de mercadorias a serem utilizadas para industrialização) dando assim tratamento tributário relativo à destinação de suas mercadorias como insumos/matéria prima para industrialização, o qual, entende-se esta Relatoria que homologar-se-ia seu arco de defesa.

Em consulta ao Sistema de Informações do Contribuinte – INC, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, referente aos Dados Cadastrais da Notificada, verifica-se que a mesma tem como Atividade Econômica Principal o CNAE de nº 1063-5/00 – Fabricação de farinha de mandioca e derivados, sendo enquadrado nesta atividade da Classificação Nacional em Indústria de Transformação na Fabricação de Farinha de Mandioca e seus Derivados. E, acrescenta-se possuir como atividades secundárias, dentre elas, o CNAE de nº 4632-0/02 - Comércio atacadista de Farinhas e Féculas.

Nesta seara, em consulta à rede social Instagram da Notificada (**COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TRANCREDO NEVES - COOPATAN**) averigua-se que a mesma tem como mercancia produtos derivados da Fécua de Mandioca sendo eles o Beiju da marca Itabaina, a Tapioca Bahiaamido e a Tapioca Realeza.



Ressalta-se que a farinha de tapioca é um alimento **produzido artesanalmente a partir da fécua de mandioca**, e se apresenta sob forma de grânulos irregulares, poliédricos ou esféricos. A **farinha de tapioca** é utilizada para **fazer beijus**, também chamados de tapiocas, consumidos em todo o Brasil com recheios doces e salgados.

De mais a mais, há posicionamento deste Conselho (Acórdão CJF nº 0061- 11/14, e do Acórdão JF nº 0101-03/13) no sentido de que o simples acondicionamento dos alimentos **em embalagens fracionadas menores**, com inserção de logomarca e código de barras, **tem natureza manifestamente industrial**.

Entendo que não se poderia ser diferente esta disposição, uma vez que, sendo de competência da União definir o que é industrialização esta, o fez em acordo com o estabelecido na legislação do IPI (Decreto de nº 7.212, de 15 de junho de 2010), que se considera como produtos industrializados aqueles decorrentes de operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou **o aperfeiçoe para o consumo**, tais como, transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento ou recondicionamento, etc.

Do deslindado entendo que a aquisição da Fécua de Mandioca pela Notificada **estabelece consonância** com a destinação destas para industrialização, havendo possível conformidade na **industrialização na confecção do Beiju**, cingindo-se ao final como mercadorias que **têm por**

finalidade compor o processo de fabril da Notificada não se assentando na exigência do ICMS da Antecipação Parcial.

Isto posto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **272466.0031/22-4**, lavrada contra **COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE PRESIDENTE TRANCREDO NEVES – COOPATAN**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 20 de setembro de 2022

JORGE INÁCIO DE AQUINO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR